

DITADURA MILITAR E A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA NO BRASIL.

João Paulo Siqueira Carvalho*¹, Dulce Portilho Maciel²

1. (PQ) joao_pscarvalho@hotmail.com

2. (PQ)

Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.
Av. Juscelino Kubitschek, 146 - Jundiá - Anápolis-GO. CEP 75.110-390. Fone: (62) 3328-1128.

Resumo: O período da Ditadura Militar no Brasil constituiu avanços econômicos expressivos no mercado industrial, propiciando vantagens para frações superiores da economia. Houve o estreitamento da relação entre a burguesia industrial e a burguesia agrária, a participação do capital estrangeiro, que intensificou a dependência econômica nacional frente aos países hegemônicos, e a atuação do Estado para garantir as bases estruturais de produção interviu ativamente como intermediador, financiador e investidor. Os planos governamentais foram fundamentais nesse processo, suprimindo todas as necessidades do mercado industrial. A produção agropecuária se beneficiou desses programas, a “modernização” do campo através da melhoria nos insumos e mecanização produtiva foi fundamental para abastecer o mercado industrial. Penalizou a classe trabalhadora urbana e rural, aumentou as disparidades econômicas e sociais. O rumo político do regime militar caracteriza-se com o controle dos sindicatos trabalhistas, da classe trabalhadora, da imprensa nacional, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Centralizou o poder executivo, limitando o poder legislativo e o poder judiciário.

Palavras-chave: Regime Militar, Política econômica, Capital Estrangeiro, Acumulação.

Introdução

A consolidação do capitalismo industrial no Brasil ocorreu pela relação entre a burguesia agrária e a burguesia industrial, que determinou a hegemonia política e econômica da segunda, a participação do capital estrangeiro enquanto financiador do Estado, as multinacionais que entraram diretamente no mercado nacional, e o Estado como articulador dos interesses do capital estrangeiro e da burguesia nacional.

Pretende-se proceder à caracterização dos rumos políticos e econômicos tomados pelo país, a partir dos planos e ações do governo, que serviram para atender as necessidades do novo padrão de acumulação capitalista, que resultaram numa dependência econômica e política frente aos países desenvolvidos. Embora o crescimento econômico tenha durante o período da Ditadura Militar valores

expressivos – um crescimento anual que chegou a 11,1% do PIB¹ – o custo da condição de vida do trabalhador foi oneroso, condicionando um privilégio apenas para frações superiores da sociedade.

Material e Métodos

A pesquisa a ser empregada é de abordagem bibliográfica. Dentre os procedimentos empregados, serão utilizadas análises de publicações, como livros, teses, monografias, publicações avulsas, pesquisas, etc.

Resultados e Discussão

A ditadura militar (1964-1985) obteve marcos de crescimento econômico significativos. Foi um período de planos como o IPND². O crescimento produtivo do setor industrial e agropecuário não foi acompanhado de desenvolvimentos sociais, ao contrário disso, foi um período que a burguesia nacional foi privilegiada, garantindo a manutenção da acumulação de capital, intensificando a dependência do país frente ao capital estrangeiro³ e aumentando as disparidades econômicas e sociais dentro do país. Isso se visualizou com a queda do salário dos trabalhadores urbanos, perda do direito à terra dos trabalhadores rurais, com os investimentos para aumento da produção/produtividade agropecuária, aumentando a proporção e quantidade dos latifúndios e privilegiando a monocultura, submetendo os trabalhadores rurais a trabalharem para os grandes proprietários, além da repressão política. (MACIEL, 2014)

Foi intensificada a dependência econômica e política frente aos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, para estímulo do governo para o investimento do capital estrangeiro no Brasil, com o financiamento das empresas estatais, para atender as novas exigências do novo padrão de acumulação de capital: O desenvolvimento industrial e consolidação do capitalismo monopolista. (PRADO JUNIOR, 2008)

¹ Produto Interno Bruto: A soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período de tempo.

² I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO correspondeu ao período de 1972 a 1974 durante o governo do presidente Emílio Médici.

³ Para a forma que se consolidou o capitalismo industrial no Brasil foi necessário à entrada do capital estrangeiro, na forma de investimento para a criação de infraestrutura, por meio do estado, e investimentos para a área produtiva com a participação de multinacionais na indústria brasileira, o que intensificou a dependência política e econômica do país.



Nesse processo, o Estado e as multinacionais tiveram participação importante. O Estado articulou o processo produtivo da agricultura. As multinacionais o controle tecnológico, impondo um novo modelo de produção no mercado nacional, constituindo uma “modernização” no campo, que se direcionou para as questões técnicas como a produção de insumos, máquinas, tratores, fertilizantes. A “modernização” da forma que foi efetuada⁴, impediu a reforma agrária, o que favoreceu os latifúndios. (ESTEVAM, 1998)

O Regime Militar foi determinante para a consolidação do novo padrão de acumulação de capital, conforme Baran e Sweezy (1966, p.73) “Uma vez que se entenda o princípio básico de que no capitalismo monopolista a função do Estado é servir aos interesses do capital monopolista.”. Desse modo, a Ditadura Militar garantiu o poder hegemônico das elites industriais. (BARAN; SWEEZY, 1966)

Considerações Finais

A Ditadura Militar foi determinante para a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. A abertura econômica para o capital estrangeiro integrou a indústria nacional e possibilitou as bases de infraestrutura para a indústria. Controlou as classes dos trabalhadores, limitando a viveram em condições de subsistência. Centralizou o poder executivo, neutralizando os poderes legislativo e judiciário, podendo assim estabelecer um regime ditatorial.

Dentre as principais ações do Regime Militar, se destacam os planos governamentais, que permitiram um crescimento econômico considerável, com um ganho exorbitante para a classe industrial, tanto para a nacional – que possibilitou poder nos rumos políticos do país – quanto para a classe estrangeira – que direcionou maior parte do lucro para fora do país – aumentou as disparidades sociais existentes. Foi um período adverso da história brasileira, com a hegemônica econômica e política do capitalismo monopolista e novos para a indústria nacional.

Agradecimentos

⁴ A “modernização” favoreceu os latifúndios – através de programas governamentais e financiamentos para grandes proprietários – prejudicando pequenos proprietários.



Dedico meus agradecimentos a Universidade Estadual de Goiás.

Referências

BARAN, Paul A; SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. São Paulo: Editora Zahar, 1966.

ESTEVAM, Luíz. **O Tempo de Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia numa Era de Revolução Social**. 2º ed. – Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5º ed – São Paulo. Globo, 2005.

MACIEL, David. **Ditadura Militar e Capital Monopolista: estruturação, dinâmica e legado**. Lutas Sociais. São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. **Acumulação Monopolista e Crises no Brasil**. 2º ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3º ed. – São Paulo: Boitempo, 2015

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

TAVARES, Maria da Conceição. da **Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 6º ed. – Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1977.

VAINER, Carlos Bernardo; HIRT, Carla; WERNER, Deborah; VIEIRA, Flávia Braga; GHIBAUDI, Javier Walter; GARZON, Luiz Fernando Novoa. **Burguesia, Estado e Desenvolvimento Capitalista no Brasil a partir de 1930: interpretações e debates**.

PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. v. 8, n.2, p51-86, jul./dez.2015.